

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 63ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE –
COMDEMA

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da
2 Prefeitura, com início às nove horas em primeira convocação, e às nove horas e trinta
3 minutos em segunda convocação, realizou-se a 64ª reunião ordinária do Conselho
4 Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de João Antônio dos Reis Gandra com
5 a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA,
6 cujas assinaturas constam da lista de presença anexa. O presidente agradeceu a presença
7 de todos e informou que a reunião é conjunta com a 54ª reunião do CMSA, Conselho
8 Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. João
9 Gandra iniciou a reunião e perguntou se todos receberam a ata por e-mail e se podia
10 dispensar a leitura, e colocou para aprovação, tendo sido aprovada. Em seguida João
11 Gandra informou a justificativa de ausência de Marcos Reinaldo Vieira. A seguir foram
12 apresentados os novos membros do conselho, representante da Itesp, Instituto de Terras
13 do Estado de São Paulo, Milton Rodrigues da Silva, como titular, e Rubens de Oliveira
14 Eliziário, como suplente, e João Gandra dando início à reunião pediu para que Angela
15 Brunelli informasse a pauta com os seguintes assuntos: apresentação dos critérios de
16 pontuação do PMVA, leis solicitadas pelo PMVA, relatório de atividades do
17 Departamento de Meio Ambiente, novo parecer técnico sobre a área do córrego Parati
18 de propriedade da Pafil, e outros assuntos. Angela solicitou fosse feita inversão da pauta
19 para discutir parecer do COMDEMA que orientou o decreto nº 12.550/2017, que cria
20 zona especial de interesse social, ZEIS, sobre a área da Pafil, no entorno do córrego
21 Parati, considerando o requerimento de protocolo nº 13.408/17 feito pela Pafil
22 Engenharia Ltda, que tem como anexo o parecer técnico que analisa a vulnerabilidade
23 da área entorno ao córrego Parati com propósito de ocupação de loteamento, feito pelo
24 engenheiro civil José Osvaldo Junqueira Franco, ambos em anexo, e considerou
25 também a presença dos representantes da empresa, o que foi aprovado por todos. João
26 Gandra pediu ao COMDEMA para aprovação de uma moção apoio para o Instituto
27 Florestal, IF, ser transformado em uma fundação, e explicou que hoje é um instituto de
28 pesquisa ligado a Secretaria de Meio Ambiente, SMA, e se vir a ser uma fundação
29 poderá receber apoio financeiro de outras instituições; salientou que o patrimônio está
30 sendo alvo de depredação e roubos, e o escritório do IF está funcionando atualmente
31 junto a Estação de Tratamento de Água 2, no Residencial Santo Antônio; Milton da
32 Silva Junior disse que o ITESP é uma fundação, o que permite parcerias de uso do
33 patrimônio mediante termo de compromisso; João Gandra disse que projetos de
34 interesse social não podem ser firmados atualmente devido a sua forma de organização;
35 o que foi aprovado por todos. A seguir Angela disse que a Pafil Engenharia Ltda pediu
36 reconsideração quanto ao parecer do COMDEMA sobre a permissão de uso da área
37 entorno do córrego Parati, que orientou a alteração da zona de uso de ZPA para ZEIS, e
38 considerou que na época, a lei de ZEIS vigente LC 90/2011 permitia a alteração do
39 zoneamento para ZEIS em forma de decreto, desde que aprovado pelo Conselho da
40 Cidade, e na época o Conselho da Cidade pediu um parecer técnico do COMDEMA,
41 que por sua vez foi feito considerando o Laudo de Fragilidade Ambiental feito pelo
42 geólogo Carlos Eduardo Pacheco Cardoso; também considerou que a solicitação de
43 diretrizes de loteamento para a área foi protocolada na vigência da LC 43/2006,
44 conforme o princípio do direito adquirido; Aline Costa disse entender que não há
45 problema em fazer essa correção, desde que haja previsão legal no processo iniciado
46 pela lei anterior, e acrescentou que de acordo com a legislação federal algumas
47 normativas são de competência do município; Fernanda Defendi, da Pafil, solicitou

fosse feita a consulta legal; José Osvaldo Franco considerou que conforme o decreto nº 12.550/2017 de 26/04/2017, que cria a ZEIS ao entorno do córrego Parati, em seu § 2º, do art. 1º, a margem do lado esquerdo deve ser usada somente para uso recreacional ou praças; Telma observou que essa área estava zoneada como ZR4, zona mista de alta densidade, conforme a LC 43/06, e de acordo com o laudo de fragilidade a área foi classificada como de média-alta a alta fragilidade, e o laudo recomenda esse tipo de uso; Angela explicou que o questionamento atual é para avaliar os limites ou as extensões das áreas definidas como área de médio-alta a alta fragilidade, e de muito alta fragilidade, do referido laudo; Carlos Cardoso explicou que o laudo foi feito analisando duas possibilidades, a ‘fragilidade potencial’ que analisa as características geológicas, hidrológicas, meteorológicas, e a ‘fragilidade emergente’, que avalia a antropia ou a futura ocupação humana sobre a área, e todas essas características da área foram analisadas separadamente, com mapas temáticos indicando o tipo de solo, uso e ocupação do solo, geologia, que especificamente foram necessários para definir a classificação de fragilidade de cada área, assim como do mapa final de ‘fragilidade emergente’; explicou também que na análise do solo de geologia há três formações geológicas diferentes, encontrados na sondagem feita pela empresa E.A.S. Geologia de São José do Rio Preto, sendo que cada solo tem um grau de fragilidade; José Osvaldo perguntou se as três formações estão sobrepostas na área analisada, e Carlos Cardoso disse que estão sobrepostas, mas observou que a sondagem foi feita somente com três amostras, o que poderia dificultar a demarcação das áreas de fragilidade, porém com pequena margem de erro; José Osvaldo disse que apesar da sobreposição, a gradação foi horizontal, mas Carlos Cardoso esclareceu que no local há desnudação com exposição das camadas, o que favoreceu a delimitação das áreas de fragilidade; José Osvaldo questionou sobre a declividade do terreno, que se apresenta suave, diferente do laudo; e Carlos Cardoso disse que na época que realizou o estudo, teve que corrigir o levantamento topográfico, para poder georreferenciar, mas considerou que isso não compromete a avaliação do estudo; José Osvaldo disse que na análise em função da declividade o estudo só criou duas área de fragilidade; Angela observou que no laudo foram apresentados os mapas 5 e 6, que tratam sobre a fragilidade emergente, mas tem delimitações diferentes; Márcio Martins questionou se esse laudo considerou as áreas de risco demarcadas pela Defesa Civil, sujeitas a inundação; Telma alertou que a área em questão é sujeita a inundações, e deve ser considerada a macrodrenagem; João Gandra observou que há a propostas de se canalizar esse córrego; e Carlos Cardoso destacou que é fundamental a proteção das margens, sem alterar o curso do córrego, e quanto à observação da Angela observou que no mapa 5 há uma divergência em relação aos mapas 6 e 7, devendo prevalecer o mapa 6. José Osvaldo disse que as áreas de médio-alta a alta fragilidade devem ser corrigidas; Angela acrescentou que os mapas fragilidade emergente 6 e 7 estão diferentes o que justifica a correção; Márcio reforçou que a área está sujeita a inundação, e Angela disse que serão necessárias obras de drenagem para dividir as bacias de contribuição do Parati e do Mandembo, considerando a drenagem da região do Parque Eldorado, que deve ser canalizada para o Mandembo, no prolongamento da Av. Raul Furquim; Telma observou que enquanto o problema de drenagem não for resolvido, pode ser agravado o problema geológico, ou da erosão; Carlos Cardoso considerou que a falta de obras de drenagem compromete a alteração das áreas de médio-alta a alta fragilidade, devendo ser corrigido os lançamentos de água pluvial no córrego para viabilizar a ocupação da área, e também considerou que a área não possui nascente, devendo a demarcação da mesma ser corrigida; Carlos Cardoso também considerou que não existe precisão de medidas das áreas delimitadas nos mapas do laudo, e destacou a necessidade de um levantamento planialtimétrico georreferenciado sobre a área em estudo, para melhor delimitação destas áreas, o que Angela reafirmou; Telma considerou que o projeto de drenagem

deve ser bem fundamentado, e Angela disse que essa adequação da rede de água pluviais deve ser colocada como condicionante para alteração do parecer do COMDEMA, respaldada em projeto de drenagem a ser apresentado com o processo de aprovação do loteamento pela Pafil. José Osvaldo disse que a recuperação do leito do córrego deve ser feita no ‘pé’ da erosão, com a colocação de gabiões e com o abrandamento do talude, que deverá ter tratamento com vegetação e plantio de árvores, por uma distância de 30 m de cada margem; Telma mostrou na tela do notebook o Estudo de Instituto Geológico, feito por solicitação da Defesa Civil do Estado em 2008, em decorrência dos eventos meteorológicos ocorridos em 2006, e indicou a área inundáveis na Alameda Pedro Liberato e na Alameda Florcena Rímoli, próximas da área em estudo. José Osvaldo reforçou que deve ser apresentado novo levantamento topográfico, georreferenciado, para uma demarcação mais precisa das áreas de fragilidade, a ser feita pelo Carlos Cardoso. Júlio Cesar de Souza da Pafil pediu presteza na alteração do zoneamento, considerando que a sua empresa tem até o final do ano para obter recurso do FGTS e liberação dos recursos da Caixa Econômica para o Programa MCMV, como formas de financiamento para execução das obras do loteamento sobre a área em estudo. Os assuntos decididos foram aprovados por todos com recomendações, devendo ser reapresentada o laudo de fragilidade da área do córrego Parati, para novo parecer do COMDEMA. A seguir Tadeu Pavani iniciou a apresentação da pontuação e entrega de documentos, referente ao Programa Município Verde Azul, PMVA, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, SMA, e explicou que a primeira etapa ocorreu em maio com nota de corte de 25 pontos, sendo que o nosso município obteve 23 pontos; explicou também que a segunda etapa foi em agosto com nota de corte de 50 pontos, sendo a nossa pontuação de 48, pontuação essa que será revisada com possibilidade de atingir 50,9 pontos, o que classificaria o município; informou que na terceira etapa, que tem como nota de corte 80 pontos, dificilmente obteremos, pois a tendência é que se consigamos atingir entre 61 a 64 pontos, e considerou que o PMVA está bastante técnico; expôs que uma das exigências é a instalação de uma edificação sustentável, com dez itens de sustentabilidade, o que deverá ocorrer no ciclo de 2018 do programa; também informou que no Relatório de Gestão Ambiental, RGA, ainda não entregue, devem ser apresentadas as metas e as dificuldades por diretiva; com relação a aprovação de leis específicas, deverá ser apresentada o Programa Municipal de Educação Ambiental; outro item é a contratação de um funcionário efetivo ou concursado para o Departamento de Meio Ambiente; outro item é a participação de funcionários nas reuniões do Comitê de Bacia do Baixo Pardo/Grande, tendo ocorrido a participação nas reuniões da Câmara Técnica de EA; também deverá ser apresentado um Plano de Mata Atlântica e ou de Cerrado, considerando que estamos numa área de transição, e ser feito em forma de lei; deverá também ser apresentada a avaliação da cobertura vegetal e das áreas de recuperação do município, em que poderão ser executados os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental, TCRAs; outro item é a apresentação de um projeto de recuperação de nascente, sendo que o ‘Projeto Água Viva’ apresentará relatório, uma vez que já está em andamento e sendo executado com recursos do Fehidro; quanto a apresentação dos itens referente a gestão do esgoto, o que será apresentado tem uma previsão de 5,8 pontos; quanto a qualidade do ar, houve evolução pois nosso município aderiu à ‘Operação Corta Fogo’, com ações de EA para combate a queimadas em área urbanas; quanto ao uso do solo, deverá ser apresentado um plano de ações e controle de erosão; João Gandra disse que as ações de EA devem ser feitas com base num levantamento socioambiental, que é um processo de ‘saber ouvir’ as pessoas envolvidas no projeto. Tadeu, em continuação, informou que, quanto aos itens de arborização, a revisão do Código de Arborização precisa ser concluído, deverão ser implantados o ‘espaço árvore’ nas calçadas, e ser feito o levantamento da cobertura vegetal da área urbana. A seguir Angela se apresentou como a nova diretora

do Departamento de Meio Ambiente, e apresentou o programa de trabalho do departamento, em anexo, e destacou alguns serviços a serem feitos, como: Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, onde serão tratados a operacionalização do pátio de transbordo do resíduo da construção civil, RCC, e do resíduo domiciliar; ser concluído o encerramento do aterro, com ampliação do estudo da área contaminada; a terceirização da coleta do serviço RCC, que será feito por edital a ser publicado, sendo que o decreto que autoriza esse serviço já foi publicado; a revisão do Plano de Saneamento e do Código de Arborização; implantação do 'Programa Produtor de Água', já aprovado no Plano Diretor, que poderá ser pago com recursos federais, devendo ser priorizada a área de recarga dos mananciais de abastecimento público; execução dos TCRA's, com o plantio de 30 mil mudas. Tadeu observou que o ITESP tem a disponibilidade de uma área para plantio de 15 mil mudas, na qual a Prefeitura poderia se comprometer com a execução do plantio e com a manutenção por dois anos; e também destacou outras áreas, como o sítio antes da chácara Bianca e a mata a ser recuperada do Distrito V. Angela continuou expondo, e acrescentou ações para controle do acesso de pessoas com a manutenção de uma portaria no pátio de transbordo do resíduo domiciliar; estabelecer parcerias com ONGs para funcionamento do Parque Ecológico nos finais de semana, como serviços urbanos e produção de mudas no viveiro; produção de espécies ornamentais e nativas no viveiro; implantação de hortas comunitárias; ações de EA em parceria com Patrulha Ecológica na EcoCidade e levantamento socioambiental dos bairros; implantação da coleta seletiva em dois bairros pilotos, seguida da entrega de reciclados para entidades ambientais sem fins lucrativos no EcoCentro, a ser feita por edital de chamada; implantação de vários EcoPontos para a coleta seletiva. Angela disse que pedirá apoio das entidades, como o Sindicato Rural, e de recursos de empresas parceiras para viabilizar algumas ações ambientais. Em seguida João Gandra perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, todos os assuntos ficaram aprovados por unanimidade, com as recomendações descritas acima, e em seguida deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezessete.

João Antônio dos Reis Gandra
Presidente do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária